

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO N° DE 2007 (Do Sr. Carlos Sampaio)

Solicita que seja requerido ao Presidente desta Casa a **redistribuição** à Comissão de Defesa do Consumidor do Projeto de Lei nº 5534, de 2005.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 141, do Regimento Interno, combinado com o art. 139, inciso II, alínea 'a', que seja feita a **redistribuição**, para a Comissão de Defesa do Consumidor do Projeto de Lei nº 5534, de 2005, que torna obrigatória a proteção contra a radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências, requeiro ainda que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja oficiado ao Presidente da Câmara dos Deputados, com base no art. 32, V, b e c, no sentido de que seja reformulado o Despacho da Mesa que distribui o processado acima referido para a CDEIC, CSSF e CCJC, de forma a incluir esta Comissão, dentre aquelas que deverão apreciar o mérito da questão.

JUSTIFICATIVA

A comercialização de óculos escuros (sem grau), sem procedência definida,





Câmara dos Deputados

pode causar consequências nefastas à saúde ocular de seus usuários, conforme pesquisas e estudos apresentados por organismos internacionais entre eles a OMS (ORGANIZAÇÃO MUNIDIAL DE SAÚDE) e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, sobretudo em países tropicais, como é o caso do Brasil.

Infelizmente hoje, muitos óculos escuros são comercializados indiscriminadamente no país, em virtude de seu baixo preço e da facilidade com que podem ser distribuídos a ambulantes e estabelecimentos comerciais que, sem cumprir as exigências legais, vendem milhares destes óculos a consumidores. Ocorre que estes mesmos consumidores desconhecem o risco à saúde e ao bem estar a que submetem utilizando esses produtos ópticos.

Aliás a falta de informação sobre o grau de proteção contra raios ultravioleta deixa o consumidor sem qualquer condição de realizar uma escolha abalizada sobre o produto que lhe é mais conveniente.

Vale registrar que, segundo renomados oftalmologistas, a existência desta proteção em óculos escuros é fundamental para se evitar ou mesmo retardar o aparecimento de algumas doenças degenerativas, entre as quais a catarata.

Isso posto e no afă de não permitir a continuidade da venda indiscriminada de produtos que causem danos à saúde do consumidor, julgamos de fundamental importância que a Comissão de Defesa do Consumidor participe da discussão do mérito deste projeto de lei ora em questão.

Lastreado nesta linha de raciocínio é que peço o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

de

de 2007.

Deputado Carlos Sampaio PSDB/SP

